



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639156 - RS (2021/0005172-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ELIAS KOAKOSKI
ADVOGADO : ELIAS KOAKOSKI - RS084481
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CRISTOPHER FERNANDO DA CRUZ AZEVEDO (PRESO)
CORRÉU : RONALDO BORGES DA ROSA
CORRÉU : ALESSANDRO DUZAQUI GOMES
CORRÉU : ANDERSON DIEGO SANTOS DA SILVA
CORRÉU : CHRISTIAN CORREA KAIPPER
CORRÉU : DAVI MESSIAS ROSA DE ASSIS
CORRÉU : DIEGO AZEVEDO DE SOUZA
CORRÉU : EVERTON CASTRO DE MATOS
CORRÉU : FABIO TRINDADE LUCAS
CORRÉU : GUILHERME FARIAS DOS SANTOS
CORRÉU : JEAN LEITES AZEVEDO
CORRÉU : JEFERSON GUILHERME DE FREITAS FERREIRA
CORRÉU : JORDAN PONTINI PONTI
CORRÉU : LUIS ANDRE MURIA MEZA
CORRÉU : MAICON ROCHA BORGES
CORRÉU : MARLON DE ABREU AZEVEDO
CORRÉU : PAOLA FÁTIMA DE OLIVEIRA FONSECA
CORRÉU : YGOR NATANAEL DA SILVA COSTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTOPHER FERNANDO DA CRUZ AZEVEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Nº.70084704063 - CNJ: 0108765-60.2020.8.21.7000).

O paciente encontra-se preso desde 5 de maio de 2016 pela prática dos crimes previstos no artigo 33, *caput*, e no artigo 35, da Lei Federal nº 11.343/06, artigo 288, do Código Penal, todos combinados com o artigo 2º, §2º e §4º, da Lei nº 12.850/13.

O impetrante sustenta que o paciente é réu em dois processos, pelo mesmo fato delituoso, configurando *bis in idem* e que há ilegalidade por excesso de prazo, porque "não há nada em concreto que justifique a sua segregação cautelar por mais de quatro anos, inclusive, prestes a completar 5 anos" (fl. 8).

Alega que "nada foi mencionado acerca do *periculum libertatis* em concreto em relação ao paciente" (fl. 10) e que devem ser estendidos os "efeitos do acórdão proferido no RHC nº 122400 / rs (2019/0387185-0) ao paciente, isso porque o ora paciente responde a fato menos grave e está praticamente o mesmo tempo recolhido cautelarmente que o recorrente que interpôs o recurso em comento" (fl. 18).

Requer, liminarmente, "a imediata soltura do paciente, ou, alternativamente, seja concedida a liminar para ESTENDER OS EFEITOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RHC Nº 122400 / RS (2019/0387185-0) AO PACIENTE, com a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa" e, no mérito, pugna pela concessão da ordem, "confirmando-se a decisão liminar" (fl. 18).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, conforme consignado pelo tribunal de origem (fl. 136):

O paciente é reincidente, fato que somado ao *modus operandi* do crime que ora lhe é imputado leva à conclusão de que, em liberdade, grande o risco de voltar a delinquir, porquanto vem demonstrando com sua conduta ousada e agressiva forte desprezo às regras mais comezinhas de convivência social e uma total desconsideração ao grupo e à paz social. Demonstrado, assim, o *periculum libertatis*.

Não fosse isso, um dos requisitos objetivos para a extensão de efeitos dos recursos, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, é a qualidade de corréu, o que não se verifica no caso concreto.

Considerando, também, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente